

CARTA DE PTOLOMEU A FLORA
Epístola de Ptolomeu a Flora, anotada* por Epifânio de Salamina
em sua obra Panarion 33, 3-7.

→ * As anotações de Epifânio de Salamina aparecem entre colchetes [] e as do autor desta obra entre parêntesis ().

A Lei dada por Moisés (*a Torá*), estimada irmã Flora, não tem sido entendida por muitas pessoas, uma vez que não têm nem um conhecimento preciso do que ordenou, nem tampouco de seus mandamentos. Isto, creio, lhes ficará completamente claro, quando saibais as contraditórias opiniões que há sobre ela.

Alguns dizem que foi dada [A Lei] por Deus Pai; outros tomam a postura contrária e sustentam que foi estabelecida pelo “Diábolos” [Adversário], causador de destruição, a quem também atribuem a criação do mundo e consideram pai e criador do Universo.

No entanto, ambos estão errados e, em sua mútua refutação, nenhum deles alcançou saber a verdade sobre esta questão.

Pois é evidente que a Lei não foi ordenada pelo Perfeito Deus Pai [a Divindade Suprema, Agnostos Theos] (*quer dizer, o Ain da cabala hebraica, o Absoluto Imanifestado*), o que deduzimos do fato de que aquela é imperfeita e necessitada de ser completada por outro [Jesus Cristo], **contendo mandamentos alheios à natureza e pensamento de Deus** [Pai].

E, por outro lado, não se pode imputar à Lei a injustiça do Adversário, pois ela [A Lei] se opõe à injustiça.

Tais pessoas não compreendem o que foi dito pelo “Soter” [Salvador]. «*Toda cidade ou casa dividida contra si mesmo, não permanecerá*» [Mateus 12:25], declarou nosso Salvador.

Ademais, o Apóstolo diz que a criação do mundo deve-se a Ele, pois «*Todas as coisas por ele foram feitas, e sem ele nada do que foi feito, se fez*». [João, 1:3]

Deste modo ele [Apóstolo], antecipadamente, anula a sabedoria sem fundamento dos falsos acusadores e demonstra que **a Criação não é devida a um deus corrupto, mas Àquele que é Justo e rechaça o mal.**

Somente pessoas pouco inteligentes podem manter este pensamento; pessoas que não reconhecem a Providência Divina e mantêm cegos não somente os olhos da alma, mas também os do corpo.

Do que tem sido feito, é evidente que essas pessoas têm perdido a verdade; ambas posturas estão erradas: os primeiros porque não conhecem o **Deus de Justiça** (*Deus Manifestado: Kether, Jokmá e Biná, primeiro triângulo sefirótico, espécie de Trindade da cabala hebraica*); os segundos porque

não conhecem o Pai de Tudo (Ain da cabala hebraica ou Absoluto imanifestado), o qual foi revelado somente por Aquele que veio e o conhecia. [Mateus 11:27]

A nós, que temos sido considerados dignos da Gnose [Conhecimento] (*Sabedoria*) de um e outro [do Pai de tudo e do Deus de Justiça], nos fica agora a tarefa de explicar-lhes, com toda exatidão, o concernente a esta Lei; a saber, qual é a sua natureza e a do Legislador que a promulgou.

(1ª) A primeira parte deve ser **atribuída somente a Deus** e a sua legislação [dada por mediação de Moisés]; (2ª) a segunda a **Moisés** – não no sentido de que Deus legislara [nesta parte] por meio daquele, mas significando que Moisés assinalou algumas prescrições de seu próprio parecer – e (3ª) a terceira originada **nos Anciãos do Povo** os quais, no começo, *interpolaram certos mandamentos propriamente seus*.

Citaremos agora, como prova de nossas afirmações, as palavras de nosso Salvador, as únicas que podem nos guiar sem tropeço para a compreensão da realidade.

Em um diálogo com aqueles que debatiam com Ele sobre **o divórcio**, o qual é permitido pela Lei, o Salvador diz «*Pela dureza de vosso coração Moisés vos permitiu repudiar a vossas mulheres; mas no princípio não foi assim*» [Mateus 19:8], pois Deus fez esta união e «*o que Deus juntou, não o separe o homem*» [Mateus 19:6]

Deste modo Ele mostra que há uma Lei de Deus, a qual proíbe o divórcio da esposa de seu marido, e outra lei [ordenança], de Moisés, que permite a ruptura desta união por causa da dureza de coração.

De fato, **Moisés estabelece legislação contraposta à de Deus**, pois unir é contrário a desunir. Mas se examinamos a intenção de Moisés, ao dar esta legislação, pode-se ver que não a deu arbitrariamente ou de própria vontade, mas pela necessidade, **devido à debilidade daqueles a quem estava destinada a lei**.

Já que eram incapazes de guardar o propósito de Deus, segundo o qual não era legal para eles rechaçar suas esposas, com as quais alguns deles sentiam aversão em conviver e que, portanto, estavam em risco de cair em uma injustiça maior, que os conduziria a sua própria ruína [moral], Moisés quis retirar a causa da aversão que os colocava em risco de perdição.

Portanto, devido às críticas circunstâncias, **escolhendo o mal menor ao mal maior**, [Moisés] expediu pessoalmente uma segunda lei, a do divórcio; de modo que, se não podiam observar a primeira, poderiam guardar esta e não recorrer a ações injustas e más, através das quais resultaria para eles completa destruição.

Esta era sua intenção, quando expede esta **legislação contraposta à de Deus**.

Portanto, é irrefutável que, neste caso, a Lei dada por Moisés **é diferente da Lei de Deus**, mesmo que isto tenha sido demonstrado com um só exemplo.

O Salvador põe também, manifestamente, que algumas tradições dos anciãos se entretiveram com a Lei [quebrantando-a] «Mas Deus – diz [Jesus] – mandou: «Honra a teu pai e a tua mãe, para que siga bem». Porém vós – diz dirigindo-se aos anciãos – haveis declarado como uma oferenda a Deus, tudo aquilo que se faça em ajuda deles, pelo que **«haveis invalidado o mandamento de Deus por vossa tradição»** [dos anciãos]. [Mateus 15:4-9, Deuteronômio 5:16]

Isaiás proclamou também isto, dizendo: «Este povo de lábios me honra, mas seu coração está longe de mim. Pois em vão me honram, **ensinando como doutrinas, mandamentos de homens**». [Isaiás 29:13]

Portanto, é evidente que **toda a Lei está dividida em três partes**:

Encontramos nela [algumas ordenanças de] (1ª) **a legislação de Moisés**, (2ª) **a dos anciãos** e (3ª) **a do próprio Deus**. Esta divisão da Lei, tal como estamos fazendo, tem lançado luz sobre o que há de verdade nela.

► Esta parte, **a Lei do próprio Deus**, é por sua vez dividida em três partes:

(a) **A legislação pura** não mesclada com mal, propriamente chamada Lei e que o Salvador veio “não para revogar, mas para cumprir” [Mateus 5:17], pois o que Ele cumpriu não era alheio a ele, mas precisava ser completado; (b) depois **a legislação entrelaçada com inferioridade e injustiça**, que o Salvador rejeitou porque era alheia a Sua natureza e, finalmente, (c) **a legislação** [lei ritual] **que é alegórica e simbólica**, imagem do espiritual e transcendente, que o Salvador transferiu do perceptível e fenomenal ao espiritual e invisível.

(a) **A Lei de Deus pura e sem interpolações inferiores é o Decálogo**, as dez frases gravadas sobre as duas Tábuas, as quais assinalam o que não se deve fazer e mandam o que se deve fazer.

Estas contêm a pura, mas imperfeita legislação e necessitada do complemento realizado pelo Salvador.

(b) Depois, há **uma lei mesclada com injustiça**, estabelecida para vingança e castigo dos que cometem iniquidade, que manda arrancar **“olho por olho” e “dente por dente”** e vingar morte por morte.

Pois quem comete injustiça em um segundo momento, não por isto é menos injusto que o primeiro: apenas varia a ordem, a ação realizada é a mesma.

Certamente este era, e ainda é, um mandamento justo, devido à debilidade daqueles a quem era dirigida a Lei, de modo que não transgredissem a Lei pura. Mas é alheio à natureza e bondade do Pai de Tudo.

Sem dúvida, era apropriada às circunstâncias e inclusive necessária; mas quem não quer que seja cometido homicídio, dizendo, **Não matarás e então ordena um homicídio para reparar outro cometido**, deu uma segunda lei, a qual engloba dois homicídios, mesmo que tenha proibido um.

Este fato demonstra que Ele era confiadamente vítima da necessidade.

É por isso que **quando Seu Filho veio, revogou esta parte da Lei**, mesmo admitindo que sua origem era divina.

[Jesus] considera esta parte da Lei como da antiga doutrina, não apenas em outras passagens, mas também onde diz: «*Porque Deus mandou dizendo: ... quem amaldiçoa o pai ou a mãe, morre irremediavelmente*» [Mateus 15:4; Êxodo 21:17, Levítico 20:9]

(c) Finalmente está **a parte simbólica da Lei**, ordenada à imagem dos assuntos espirituais e transcendentais.

Quer dizer, a parte referente às oferendas e à circuncisão, ao **Shabbat, aos jejuns, à Páscoa** [Pésaj] e ao pão ázimo e outras questões similares.

Uma vez que todas estas coisas não são senão imagens e símbolos, quando a Verdade se fez manifesta adquiriram outro significado.

Em seu aspecto fenomenal e em seu sentido literal foram revogadas, mas em seu significado “pneumático” [espiritual] foram restauradas; os nomes eram os mesmos, mas seu conteúdo mudou [atualizou-se].

Deste modo, o Salvador nos ordenou fazer **sacrifícios**, mas não de animais irracionais ou de incenso, senão mediante **louvores espirituais e de glorificação, ação de graças, de caridade e benevolência com nossos semelhantes**.

Ele também quis que fôssemos **circuncidados**, não quanto ao nosso prepúcio físico, mas quanto a nosso coração espiritual e que guardássemos o Dia do **Shabbat**, pois deseja que sejamos ociosos quanto a más ações e que **jejuemos**, não quanto ao jejum físico, mas quanto à parte espiritual, abstando-nos de todo mal.

Entre nós o jejum externo [físico] também é observado, já que pode ser vantajoso para a alma, caso se realize razoavelmente; não por imitar a outros ou por hábito ou com motivo de um dia especial designado para tal finalidade.

Também é observado de modo que aqueles que ainda não são capazes de guardar o **verdadeiro jejum** [de **alimentos impuros para a alma**], possam ter uma recordação deste por meio do jejum externo.

Do mesmo modo, o Apóstolo Paulo ensina que **a Páscoa e o pão sem ázimo** [sem levedura] são imagens [alegóricas] quando diz: «*Limpai-vos, pois, da velha levedura, para que sejais nova massa, sem levedura como sois — a levedura aqui significando o mal —; porque nossa Páscoa, que é Cristo, já foi sacrificada por nós.*» [1ª Coríntios 5:7]

Assim, de igual maneira, **A LEI, QUE RECONHECEMOS COMO PROVENIENTE DO PRÓPRIO DEUS, ESTÁ DIVIDIDA EM TRÊS PARTES.**

(a) A primeira parte **foi completada** pelo Salvador, pois os Mandamentos Não matarás, Não cometerás adultério, Não perjurarás ficam incluídos na proibição da ira, da cobiça e de jurar. [Mateus 5:21, 27, 33].

(b) A segunda parte ficou completamente **revogada**, pois o mandamento olho por olho e dente por dente [Mateus 5:38] entrelaçado com injustiça, ficou revogado pelo Salvador mediante seu oposto.

O oposto o anula [dizendo]: «*Porém eu vos digo: Não resistais ao que é mal; antes, a qualquer um que te bata na face direita, oferece também a outra.*» [Mateus 5:39]

(c) Por último, está a parte [da Lei que procede dos Anciãos do Povo] **transladada e mudada de seu sentido literal a seu sentido espiritual**, legislação simbólica que é imagem das coisas transcendentais.

Pois as imagens e símbolos que representam outras coisas foram adequadas até que a Verdade veio, mas quando a Verdade veio, devemos realizar as ações da Verdade, não aquelas da imagem.

Os discípulos do Salvador e o Apóstolo Paulo demonstraram que esta teoria é correta quando, referindo-se à parte que trata das imagens – como já comentamos –, mencionam a Páscoa e o pão ázimo.

Na expressão «**abolindo [...] a lei dos mandamentos expressados em ordenanças**» [Efésios 2:15] ele [Apóstolo Paulo] refere-se à parte da Lei entrelaçada com injustiça.

Mas quando diz que «*a lei à verdade é santa, e o mandamento santo, justo e bom*» [Romanos 7:12] **refere-se à parte** [da Lei] **sem mistura, sem nada inferior.**

Creio haveremos demonstrado suficientemente, tal como nos é possível fazê-lo de forma breve, **a adição da legislação humana na Lei e a tripla divisão da Lei que emana do próprio Deus.**

Resta-nos dizer quem é este Deus que ordenou a Lei, mas penso que isto também vos foi demonstrado no que já explicamos, se o recebestes atentamente.

Pois se a Lei não foi ordenada pelo mesmo Deus Perfeito, como já vos temos ensinado, nem pelo Diabo, quem nem sequer deveria ser considerado, então o Legislador deve ser alguém distinto destes dois.

De fato este é o **Demiurgo** [Criador] e Gerador deste Universo e de tudo o que há nele (*Deus Manifestado*); e porque é essencialmente diferente daqueles dois e se encontra estabelecido no meio deles, corretamente lhe foi dado o nome de Mediador [Mesotes].

E se Deus Perfeito é bom por natureza, como o é em realidade – pois nosso Salvador declarou que o Deus Bom é somente um, seu Pai, a quem Ele manifestou [Mateus 19:17] –, e se o que é de natureza contrária é malvado e perverso, caracterizado pela injustiça, então o que se estabelece no meio destes dois, que não é nem bom nem malvado nem injusto, poderia, com toda propriedade, ser chamado [Deus] Justo, pois é árbitro de sua especial Justiça.

Este Deus [Justo] (Mediador ou Demiurgo) **é inferior ao Deus perfeito e abaixo de Sua Justiça**, já que é gerado (*Deus Manifestado*) e não Ingerado, pois só há um Pai Ingerado (o *Ain da cabala hebraica*, o *Absoluto Imanifestado*), «do qual procedem todas as coisas» [1ª Coríntios 8:6], e do qual todas as coisas dependem, mas é maior e mais poderoso que o Adversário, já que é diferente de ambos em natureza e substância.

Pois a substância do Adversário é corrupção e obscuridade, já que é material [hýlico] e múltiplo, enquanto que a substância do Inengendrado [Deus] Pai de Tudo é **a imortalidade e a Luz Autoexistente**, simples e homogênea.

A substância do **Demiurgo** (*Deus Manifestado*, ou “Deus Justo” segundo o texto) emanou um duplo poder, considerando que Ele é a imagem do melhor [Deus Pai].

Não tendes necessidade de inquietar-vos agora por saber como, de um só princípio de todas as coisas que é simples e reconhecido por nós e no que cremos como Ingerado, incorruptível e bom, tenha sido possível constituir estas outras naturezas – a da corrupção e a do Mediador – que são de essências diferentes, mesmo que esteja na natureza do Bem gerar e **trazer à manifestação** coisas que são semelhantes e consubstanciais a Ele.

Pois se Deus o permite, mais tarde receberéis ilustrações mais precisas sobre seu princípio e geração, quando tendes sido julgada digna de receber **a Tradição** (*Cabala ou Kabbalah*, em hebreu) **dos Apóstolos**, tradição que nós também temos recebido por via de sucessão (como toda *cabala*), junto com a capacidade de avaliar (*interpretar*) todas as palavras em virtude dos Ensinamentos de nosso Salvador.

Fazendo-vos chegar estas breves exposições, Irmã Flora, não me sinto fatigado e ainda que tenha abordado o assunto com brevidade, tratei-o também suficientemente, o que vos será de grande benefício no futuro

se, como justa e boa terra, haveis recebido sementes férteis e, mais adiante, produzis fruto a partir delas.